

Divinópolis/MG, 06 de junho de 2018

Presidente do Sintram cobra Projeto para salvar o Diviprev

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram), Luciana Santos, está preocupada com a demora do Executivo em elaborar o Projeto de Lei Complementar para a reforma do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Divinópolis (Diviprev). Na reunião que manteve no ano passado com a superintendente do Instituto, Rejane Alves, Luciana Santos ouviu dela a necessidade de uma reforma com urgência para garantir a saúde financeira do Diviprev.

Diante do quadro, que já estava bastante grave, com o Instituto se aproximando de uma dívida técnica (dívida atuarial) de R\$ 1 bilhão, Luciana Santos pediu uma audiência pública para discutir a situação. Como resultado da audiência, que ocorreu em setembro de 2017, além da confirmação do risco de falência do Instituto se não houver uma reforma, foi também formada uma Comissão Especial, cujo objetivo era apresentar uma proposta ao Executivo que deveria ser transformada em Projeto de Lei Complementar para apreciação da Câmara.

De acordo com o Diretor Jurídico do Sintram, Alberto Gigante Quadros, que representou o sindicato na Comissão Especial, a proposta foi elaborada após quatro meses de muito trabalho. “Essa comissão trabalhou durante quatro meses com assessoria de advogados e técnicos especialistas em previdência pública para elaborar sugestões, que foram entregues no início do ano ao Legislativo e também encaminhadas ao prefeito”, explicou. “Sugerimos soluções amplas, para que a gente trate a questão com a importância que a situação exige, pois afinal de contas é o futuro do servidor de Divinópolis”, concluiu.

A presidente do Sintram, preocupada com a demora na colocação da proposta na agenda política da cidade, cobra maior agilidade do Executivo. Luciana Santos também acredita que a Câmara pode ajudar a acelerar o processo. “O Sintram chamou para si essa responsabilidade, pois se nada for feito a aposentadoria dos nossos servidores está sob risco. Quase seis meses depois de encaminhada a proposta, o Executivo ainda não se manifestou e



enquanto isso o déficit atuarial do Diviprev continua crescendo. A Câmara, que também recebeu a proposta, precisa cobrar o Executivo, pois quanto mais prolongar o início da discussão da proposta apresentada pela Comissão Especial, mais se agrava a situação do Diviprev. Além disso, o Projeto de Lei a ser elaborado pelo Executivo, precisa ser discutido com os servidores, antes de ser enviado à Câmara para votação. Como já estamos no meio do ano, se essas questões não forem discutidas imediatamente, corremos o risco de terminar 2018 sem concluir essa reforma do Diviprev”, analisou.

Enquanto a proposta não é enviada à Câmara em forma de Projeto do Executivo, o Diviprev continua aprovando novas aposentadorias. Somente na edição desta terça-feira (5), do Diário Oficial dos municípios, foram publicadas concessões para nove aposentadorias. De janeiro a maio, foram concedidas mais de 80 novas aposentadorias.

A presidente do Sintram voltou a lembrar que essa demora aumenta a sangria no Diviprev. Luciana Santos teme que essa demora agrave ainda mais a situação. “Quanto mais demorar a elaborar a proposta para a reforma do Diviprev, maior será o rombo e haverá maior dificuldade para sanar o problema. Esperamos que o prefeito tome logo a iniciativa para elaborar o Projeto, convoque os servidores para apreciar a proposta e encaminhe o projeto com a máxima urgência à Câmara, pois está dependendo somente dele o caminho da solução. E é claro que contamos com a partici-

pação efetiva da Câmara para que essa proposta seja logo elaborada. Depois da audiência pública, a Câmara não se manifestou mais sobre o assunto e, agora, com o crescente aumento de novas

aposentadorias, contamos com o bom senso do Legislativo, pois o que está em jogo é o futuro dos nossos servidores”, concluiu.

Organização Internacional do Trabalho declara o Brasil suspeito de violar direitos com a Reforma Trabalhista

O Comitê de Normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra (Suíça) decide nesta quinta-feira (7) se aceita as explicações do governo brasileiro que a reforma trabalhista respeita os acordos e negociações coletivas, conforme determina a chamada Convenção 98. A decisão ocorre no momento em que o Brasil foi incluído na relação de países suspeitos de violação dos direitos trabalhistas.

Os especialistas avaliam três possibilidades sobre o caso brasileiro. A primeira é que a reforma trabalhista, aprovada no final do ano passado, segue os princípios da Convenção 98. Os especialistas podem ainda pedir que o governo apresente mais esclarecimentos e, por fim, há, ainda a possibilidade de definir que uma comissão de especialistas seja enviada ao Brasil para analisar de perto o que define a reforma.

Na semana passada, a OIT incluiu o Brasil na lista dos 24 casos considerados como mais graves de suspeitas de violações de direitos trabalhistas pela Comissão de Normas por dúvidas envolvendo a reforma trabalhista, principalmente, as negociações coletivas. O foco das críticas está na Convenção 98 da OIT.

CONVENÇÃO 98

Estabelecida em 1949, a Convenção 98 da OIT tem o objetivo de promover negociações livres e irrestritas, o que está previsto também na legislação trabalhista brasileira em vigor desde novembro de 2017. O Brasil ratificou a convenção em 1952.

Em setembro do ano passado a Central Única dos Trabalhadores (CUT) entrou com uma representação de contestação na OIT levantando dúvidas sobre se a reforma trabalhista, que seria aprovada em dezembro, poderia romper com acordos coletivos trabalhistas e retirar direitos dos trabalhadores. Dois meses depois, em novembro de 2017, o Comitê de Peritos da Organização, formado por 20 especialistas internacionais - advogados, direito do trabalho, direito interna-

cional e direito comparado - analisou o recurso da CUT e pediu esclarecimentos ao Brasil.

Nas primeiras análises, o comitê informou que observava “com preocupação” a reforma e que as mudanças poderiam gerar a “derrogação de direitos” - levar à anulação os acordos anteriores. Em seguida, o Ministério do Trabalho apresentou explicações.

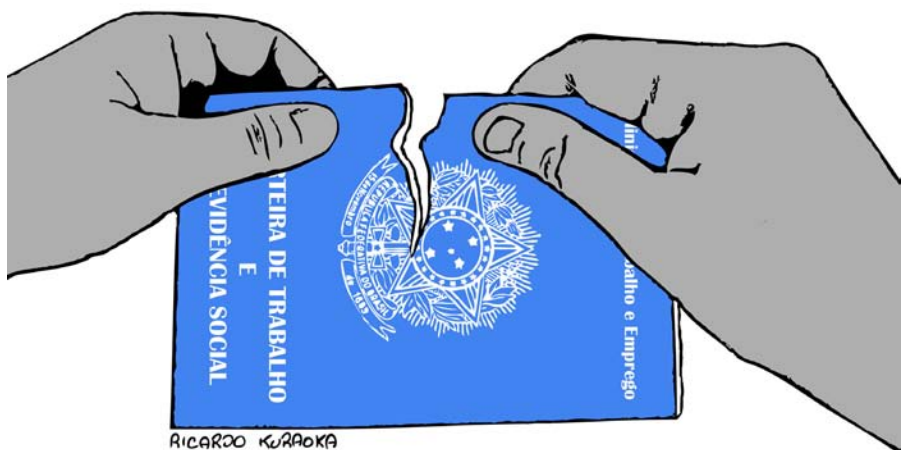
QUESTIONAMENTOS

Na sessão da OIT realizada hoje (5), representantes do governo brasileiro, no caso o ministro do Trabalho, Helton Yomura, do setor empresarial e dos patrões, além dos empregados apresentaram suas explicações por cerca de quatro horas.

Para o governo brasileiro, o Comitê de Peritos agiu politicamente, pois não havia tempo hábil para analisar os impactos da reforma trabalhista em setembro do ano passado, uma vez que foi aprovada apenas em dezembro de 2017. O governo federal defende que uma análise ocorra a partir de dois anos de vigência das novas regras.

As centrais sindicais alegam que a reforma trabalhista retirou direitos consolidados dos trabalhadores, pois haveria a possibilidade do negociado prevalecer sobre o legislado para retirar ou reduzir direitos e de ocorrer negociação direta entre trabalhador e empregador, sem a presença sindical.

Fonte: OIT



ANP fará consulta pública sobre reajustes de preços de combustíveis

O governo vai começar a regular a periodicidade dos reajustes dos combustíveis, que até então era livre, chegando a mudanças diárias, como as feitas pela Petrobras. A medida entrará em vigor em até 60 dias. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) anunciou, na noite de hoje (5), que iniciará uma consulta pública para saber qual o período mínimo que refinarias e distribuidoras poderão reajustar os combustíveis.

A chamada Tomada Pública de Contribuições (TPC) será realizada de 11 de junho a 2 de julho, ouvindo setores da União, de estados e municípios, a todo o mercado petrolífero, aos consumidores, ao segmento técnico e a todos interessados. Ao final do processo, a agência reguladora deverá elaborar uma resolução sobre o período mínimo para o repasse ao consumidor dos reajustes dos preços dos combustíveis.

O diretor-geral da ANP, Decio Oddone, disse que não se trata de intervenção no mercado e explicou que a medida visa a estabilizar o setor, com benefícios a consumidores e às empresas e investidores. “Não ocorrerá influência sobre a formação de preços”, frisou. Segundo ele, o modelo foi escolhido porque o tema é “urgente”. “A periodicidade do repasse dos reajustes dos combustíveis se converteu em um tema de grande interesse para a sociedade brasileira, que demonstrou que deseja uma maior estabilidade dos preços”, disse.

Por meio de nota, o Ministério de Minas e Energia (MME) disse que as medidas que serão adotadas têm por objetivo assegurar as atividades eco-



nômicas e garantir “a possibilidade de reajustes e o conforto de preços justos”.

“É importante destacar que esse processo respeita a função da ANP, a de agente regulador do setor, observando critérios de governança e transparência. Esta consulta permitirá postura alinhada com valores como liberdade de mercado; livre concorrência; defesa de ambiente democrático para pessoas e atividades econômicas, e respeito aos contratos”, disse o MME por meio de nota.

O anúncio da medida ocorre um dia após o Grupo de Trabalho composto pelo MME e a ANP ter adiado uma reunião para tratar do tema. Na ocasião o ministério informou, por meio de nota oficial, que a reunião buscava criar uma “política de amortecimento dos preços dos combustíveis ao consumidor”. A suspensão da reunião foi determinada pelo presidente Michel Temer, segundo apurou a Agência Brasil. **Fonte: Agência Brasil**



CAMPANHA DO
AGASALHO

Sintram Centro-Oeste/MG

*Servidor, aceite esse convite,
abraça essa ideia.*

DEIXE AGASALHOS E COBERTORES NA SEDE DO SINTRAM
AV. GETÚLIO VARGAS, 21, CENTRO, DIVINÓPOLIS/MG

Debatedores divergem sobre cobrança de franquias em planos de saúde

Entidades de defesa do consumidor alertaram nesta terça-feira (5), em audiência pública na Câmara dos Deputados, para o risco de a proposta da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de regulamentar a cobrança de coparticipação e de franquias tornar os planos de saúde caros demais para a maioria dos brasileiros.

Quando esses mecanismos são aplicados, o consumidor, além de arcar com o valor da mensalidade, paga parte dos valores cobrados por consultas, exames e cirurgias. Os representantes das empresas do setor argumentaram que isso precisa acontecer para racionalizar o uso dos planos e cobrir custos crescentes das operadoras.

Com a regulamentação da ANS, prevista para o início do próximo semestre, o uso dos instrumentos da franquia e da coparticipação, que hoje atinge cerca de 520 mil usuários no País, poderá ser ampliado.

O debate, que abordou também a questão dos reajustes abusivos dos planos de saúde, foi realizado na Comissão de Defesa do Consumidor a pedido dos deputados Celso Russomanno (PRB-SP), Eduardo da Fonte (PP-PE), JHC (PSB-AL) e José Stédile (PSB-RS), presidente do colegiado.

RISCOS PARA O CONSUMIDOR

Karla de França, assessora de Programas Especiais da Fundação Procon de São Paulo, disse que a cobrança de coparticipação e de franquia deveria ser regulamentada pelo Poder Legislativo, e não pela ANS. Segundo ela, esses mecanismos impedem os usuários dos planos de darem continuidade aos seus tratamentos, por não saberem claramente quais serão os valores cobrados.

“O consumidor acaba tendo que pedir empréstimo para poder pagar a participação nos exames e tendo um alto endividamento”, destacou a asses-

sora do Procon.

Igor Britto, representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), disse que 33% dos contratos existentes no Brasil já têm a coparticipação, e considerou preocupante a possibilidade de a ANS estimular esse modelo.

“Pode ser bastante arriscado para a capacidade do usuário de pagar pelo plano de saúde. A franquia e a coparticipação simplesmente fazem com que os consumidores deixem de usar os planos”, observou. Esse fato, segundo ele, prejudica a prevenção de doenças e retarda diagnósticos, o que provoca um aumento no número de internações. O deputado Júlio Delgado (PSB-MG) alertou ainda para a possibilidade de as operadoras adotarem ainda “prêmios” semelhantes aos dos seguros de veículos para quem deixar de usar o plano de saúde ao longo de um determinado ano.

“E não estamos tratando de carros e de estradas, mas de pessoas, de gente. Se for colocada a franquia, vamos fazer até Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)”, avisou.

REDUÇÃO DE MENSALIDADES

O superintendente da Federação Nacional da Saúde Suplementar (FenaSaúde), Sandro Leal Alves, disse que a ampliação da coparticipação e da franquia levaria os consumidores a usarem os planos de saúde mais moderadamente e a pesquisarem os preços antes de realizarem procedimentos.

Os médicos passariam a receitar tratamentos mais efetivos do ponto de vista do custo. Ele afirmou que essas mudanças reduziram os preços das mensalidades: “As pessoas querem ter opções e produtos mais baratos.” Alves citou como problema do setor a tendência de os planos de saúde individuais serem adquiridos por pessoas que precisam usá-los mais frequentemente.

“O mercado usa, para contrabalançar essas questões, a divisão de riscos entre a operadora e o consumidor, que é a coparticipação, ou a franquia. Em outros países, esses mecanismos já estão funcionando, inclusive em sistemas públicos”, ressaltou.

Karla de França, do Procon, criticou o fato de a “inflação médica” ser de cerca de 13%, enquanto a inflação oficial é de apenas 3% a 4% no Brasil. “Como um aposentado, ou qualquer classe, vai conseguir manter um plano de saúde?” questionou.

Fonte: Agência Câmara



Pacientes e médicos cobram do SUS oferta de insulina

Pacientes e médicos cobraram uma solução para a introdução da insulina análoga de ação rápida no Sistema Único de Saúde (SUS). O medicamento atende pessoas com diabetes tipo 1. O governo comprou a insulina e parte do equipamento para a aplicação, mas esqueceu as agulhas.

Em audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados nesta



terça-feira (5), Arnoldo de Oliveira Júnior, representante do Ministério da Saúde, não deu prazo para que o problema seja resolvido. Ele reconheceu que há má gestão na distribuição de medicamentos, dificuldades nas licitações e falta de remédios no mercado.

Segundo a presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes, Hermelinda Pedrosa, 80% do orçamento da saúde no Brasil são gastos com as chamadas doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como o diabetes. “A gente fica pensando nas transmissíveis, como febre amarela, dengue, malária, que são importantes, mas o impacto devastador, social e econômico de alteração da qualidade de vida é capitaneado infelizmente pelas DCNTs”, alertou.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que 16 milhões de brasileiros têm diabetes. Mas por falta de investimentos na prevenção da doença, outros 7 milhões ainda não estão com o diagnóstico fechado. Quem já sabe que tem a doença enfrenta falta de insumos e medicamentos.

Vanessa Pirolo, da Associação de Pacientes com Diabetes, relatou que, na região de Teófilo Otoni, em Minas Gerais, por exemplo, algumas pessoas acabam machucando a ponta dos dedos, porque não existe equipamento adequado para fazer o teste de glicemia.

“Nós precisamos ter acesso aos tratamentos adequados, à tecnologia adequada, de acordo, é claro, com a eficiência da tecnologia e muitas ve-

zes tem que ser um passo a passo. Mas não ter lanceta para pessoa furar o dedo, é uma conta muito burra”, lamentou.

POUCOS MÉDICOS

Outro número considerado alarmante foi exposto durante a discussão: são apenas 5 mil endocrinologistas para fazer a prevenção e o tratamento do diabetes em todo o País.

Por isso, um consenso entre os profissionais é que uma melhor qualificação das equipes de saúde para o combate à doença poderia contornar essa falta de médicos, como explica a deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), autora do requerimento para realização da audiência.

“Tem uma grande proposta de uma educação continuada que pode ser a distância para todos os trabalhadores da área da saúde”, recomendou.

FRENTE PARLAMENTAR

Depois da audiência pública, foi formalizada a criação da Frente Parlamentar Mista pela Causa do Diabetes. Uma das propostas do grupo é trabalhar pela aprovação do projeto de lei (PL 6754/13) que estabelece a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética. A proposta já passou pela Câmara e agora está sendo examinada pelo Senado.

Fonte: Agência Câmara